

DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO BRASIL: UMA ANÁLISE PARA O PERÍODO DE MAIOR REDUÇÃO DA DESIGUALDADE

INCOME DISTRIBUTION IN BRAZIL: AN ANALYSIS FOR THE PERIOD OF GREATER REDUCTION OF INEQUALITY

Felipe Teixeira Custódio (felipetcustodio@gmail.com) – Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA)

Dra. Debora Nayar Hoff Autor (deborahoff@unipampa.edu.br) – Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA)

Dra. Tanise Brandão Bussmann (tanisebussmann@unipampa.edu.br) – Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA)

Recebido em: Agosto de 2023.

Aprovado em: Dezembro de 2023.

Avaliado pelo sistema Double Blind Review

Editoria Científica: Carolina Freddo Fleck

Os autores concordam em disponibilizar seus dados, quando solicitados por um leitor.

RESUMO:

No Brasil, há grande disparidade de renda entre as classes sociais. Segundo o IBGE (2014), em 2013 os 10% mais ricos da população economicamente ativa tinham a participação de 41,7% no total dos rendimentos enquanto 50% da população tinham uma participação de 17,4% da renda. Porém existem indicativos de que essa desigualdade venha diminuindo, como resultado de programas sociais. Este artigo tem por objetivo analisar a distribuição de renda no Brasil entre o período de 2004 a 2015, observando, as mudanças de acordo com a fonte da renda, expondo o coeficiente de Gini, a dominância e a decomposição. Foram analisadas as rendas oriundas do trabalho, rendas advindas de transferências de renda, mais especificamente juros de caderneta de poupança e outras aplicações financeiras, dividendos, programas sociais e outros rendimentos de transferência governamental, renda da previdência indexada ao salário mínimo e outras rendas da previdência, além de outras rendas. O método baseia-se em análise de dados secundários com uso de indicadores específicos de concentração de renda como Índice de Gini e Curva de Lorenz, bem como a decomposição do índice de Gini pela fonte de renda. É possível afirmar que 2015 é o melhor no quesito distribuição de renda, com Gini de 0,513. A decomposição do Gini mostrou que a renda do trabalho é a que tem maior participação na renda per capita, com 76,8%, a maior renda é a que mais distribui, e sua concentração diminui 5,7% em relação ao ano de 2004. A renda de Juros e Bolsa Família se mostrou importante na distribuição aumentando sua participação na renda total per capita em 38% de 2004 para 2014. **Palavras-Chave:** Distribuição de renda, Decomposição do Índice de Gini, Índice de Gini.

ABSTRACT:

In Brazil, there is a great disparity of income among social classes. According to the IBGE (2014), in 2013 the richest 10% of the economically active population had a 41.7% share of total income while 50% of the population had a 17.4% share of income. But there are indications that this inequality is declining as a result of social programs. This article aims to analyze the

distribution of income in Brazil between 2004 and 2014, seeking to understand the main determinants of this change. Income from work, incomes from income transfers, more specifically interest from savings accounts and other financial investments, dividends, social programs and other income from government transfers, income from social security indexed to the minimum wage and other income from social security were analyzed. , as well as other incomes. The method is based on analysis of secondary data using specific indicators of income concentration. It is possible to say that 2014 is the best in income distribution, with Gini of 0.518. The Lorenz curve showed to be closer to the equality line; in addition, the Gini decomposition showed that labor income is the one with the highest participation in per capita income, with 76.8%, the highest income being that and its concentration decreased 5.7% in relation to 2004. Income from Interest and Bolsa Família was important in distribution, increasing its share of total income per capita by 38% from 2004 to 2014.

Key words: Income distribution, Gini Decomposition, Gini Index

Classificação JEL: O15

1. INTRODUÇÃO

A distribuição de renda e riquezas vem sendo tratada na Ciência Econômica desde os clássicos, juntamente com a questão do crescimento econômico, tornando-se um dos eixos importantes na discussão proposta na área. Isso é motivado pela importância que a distribuição de renda ocupa na economia, pois pode indicar avanços sociais quando sinaliza a diminuição da concentração de riquezas. A discussão ganhou relevância no início do século XXI quando estudos apresentados por Piketty e Stiglitz, para citar os mais conhecidos, mostram a ampliação da concentração de renda e riqueza no mundo contemporâneo (PIKETTY, 2014; STIGLITZ, 2016).

A distribuição de renda é o modo como a renda de um país, estado ou região é distribuída entre a população que reside nesses lugares. É determinada por vários fatores, dentre os quais se pode destacar condições sociais como a educação, o trabalho e a renda familiar *per capita*. Através da análise da distribuição de renda pode-se avaliar a desigualdade existente entre as pessoas ou classes sociais de dada região a ser estudada. Pode-se ainda avaliar a desigualdade de determinado lugar em relação a outros ou seu avanço ao longo do tempo (BARROS et al., 2006).

A desigualdade de rendimentos, de oportunidades, de acesso (a serviços públicos, entre outros) e a persistência da pobreza (absoluta e relativa) são traços conhecidos e históricos da sociedade brasileira (IBGE, 2012, p. 162). A desigualdade no Brasil está entre as 12 mais altas do mundo (IPEA, 2012). Ela decorre da formação econômico-social das colônias portuguesas e espanholas, muito pela grande concentração da posse da terra (HOFFMANN, 2001). Furtado (1967) destaca a grande concentração na economia açucareira colonial na época e que mesmo após a abolição da escravatura não houve mudanças significativas na distribuição da renda. Neste período ocorre não só uma grande concentração de renda, favorecida pelo uso de escravos como força de trabalho, mas já também uma grande concentração fundiária. A Lei de Terras é anterior (1850) à abolição (1888), o que garantiu a exclusão do patrimônio para os ex-escravos. Estes, mesmo após a abolição, permanecem com rendimentos no nível de sua subsistência, algo que se reforça com a disponibilidade de outra fonte de mão-de-obra garantida pela imigração europeia.

Mesmo com um crescimento de 6% ao ano entre 1930 e 1980, o país não foi capaz de reduzir os níveis de desigualdade social e tornar homogêneo o mercado de trabalho. Isso se torna

especialmente evidente quando se compara a realidade brasileira com países com o mesmo desempenho de crescimento econômico. É possível afirmar que o Brasil deste período não conseguiu conciliar igualdade social com o crescimento econômico (POCHMANN, 2004; FURTADO, 1968).

Estudos realizados na segunda metade da década de 1960, mostram que houve uma queda de 30% no salário real entre os anos de 1965 e 1967 por causa do resíduo inflacionário, mostrando concentração de renda no país (BONELLI; SEDLACEK, 1988). Já entre os anos de 1974 e 1979 havia uma desigualdade muito alta, decorrente dos efeitos das crises econômicas deste período. A desigualdade oscilou bastante até 1986, principalmente por causa da crise hiperinflacionária da década de 1980 (SOARES, 2006).

Do ano de 1990 a 2000, apesar da estabilidade econômica conquistada com o Plano Real, não se teve alteração significativa na distribuição de renda no Brasil. Após os anos 2000 é que o país passou a ter mudanças importantes com o crescimento econômico e redução da desigualdade de distribuição de renda através da valorização do salário mínimo e de programas governamentais de transferência de renda (IBGE, 2012). Soares (2006) em seu artigo discorre que o ano de 2004 foi o de menor desigualdade desde 1976. Indica que este resultado é obtido quaisquer que sejam as medidas de desigualdade usadas, o que indica uma transferência real de renda dos indivíduos mais ricos para os indivíduos mais pobres.

Uma interferência direta do governo sobre a distribuição de renda pode ser feita através da política de fixação do salário mínimo. Embora seja uma maneira de ajudar ao trabalhador a ter uma renda mais alta, sem ter custos para o governo, pode ser falha, se as firmas não estivessem dispostas a pagar este nível de salário determinado. Isso pode acabar implicando num aumento do desemprego e da informalidade (VELLOSO, 1990; GIAMBIAGI; FRANCO, 2007). Importante destacar que o aumento do salário mínimo tem influência comprovada na distribuição de renda e na diminuição da pobreza no caso do Brasil (SOARES, 2006; SABOIA, 2007).

Em relação ao salário mínimo, no Brasil, a partir de 2011, houve uma política definida pela Lei 12.382 de 2011, que seria a aplicação de correção monetária, aumentada pela taxa de crescimento real do Produto Interno Bruto de dois anos anteriores. A regra foi vigente até 2019 (BRASIL, 2011, 2015). Antes de 2011 bem como partir de 2020 o salário mínimo foi reajustado, mas sem a existência de uma política específica de reajuste.

Além do salário mínimo, outro modo de melhorar a distribuição de renda e dar condições para as pessoas mais pobres ocorre através de programas que suplementam a renda dessas pessoas, chamados programas de bem-estar. Para participar dos programas não basta ter a renda baixa, mas sim estar dentro de alguns requisitos mínimos, como por exemplo, o Programa Bolsa Família, onde famílias sem condições com filhos até certa faixa etária, ou pessoas com alguma incapacidade recebem o benefício (MEDEIROS; BRITTO; SOARES, 2007).

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2014), no ano de 2013 os 10% mais ricos da população economicamente ativa tinham a participação de 41,7% no total dos rendimentos enquanto 50% da população, maioria e de menor renda, tinham uma participação de 17,4% da renda, evidenciando uma grande concentração da renda nas mãos de poucas pessoas.

No entanto, existem indicativos de que essa desigualdade tenha diminuído posteriormente, como resultado de programas sociais de inclusão, educação e de distribuição de renda aplicados pelo Governo Federal, os quais favorecem as pessoas de baixa renda. É exemplo destas ações o programa Bolsa Família, que começou a ser aplicado em 20 de outubro de 2003, considerado um dos principais programas do governo da época. Em 2015 o programa beneficiava 13,9 milhões de famílias e era responsável pela diminuição da taxa de extrema pobreza de 8% em 2001 para 4,7% em 2011 (BRASIL, 2015; CAMPELLO; NERI, 2013).

Também é o caso da política adotada para a geração de emprego e para a valorização do salário mínimo (BRASIL 2011; 2015). É sabido que o Brasil avançou no combate ao desemprego no período analisado, em que a taxa da população ocupada subiu 19% de 2004 até 2014 segundo a PNAD (IBGE). O salário mínimo foi responsável por 21% da distribuição de renda entre os anos de 1995 e 2009, além disso, os censos demográficos de 2000 e 2010 mostram que a renda per capita e o número de empregados com carteira de trabalho aumentaram em 32,2 e 22,2% respectivamente (SOARES, 2010; DALDEGAN, 2013).

No entanto, o período do governo Dilma Rousseff (2011 a 2016) veio acompanhado de forte crise econômica e política, que modifica de forma importante a realidade nacional. Aumento de desemprego, sinais de inflação, redução das disponibilidades de recursos para custeio de políticas públicas são características deste período, as quais podem ter influenciado a distribuição de renda nacional (CARVALHO, 2018). Neste contexto, o presente artigo tem como objetivo geral analisar a distribuição de renda no Brasil entre o período de 2004 a 2015,

observando, as mudanças de acordo com a fonte da renda, expondo o coeficiente de Gini, a dominância e a decomposição.

Importante justificar o recorte temporal feito. As modificações políticas e econômicas, iniciadas em 2014, fizeram com que o cenário interno da economia brasileira se alterasse. Estabelece-se um cenário econômico recessivo, a partir de 2015, em parte causado pelas incertezas do setor privado, decorrentes da instabilidade política instaurada. Esta instabilidade agrava-se no ano de 2016, devido ao processo de impedimento da presidente Dilma, e na sequência, ao próprio processo eleitoral de 2018. O índice de Gini alcançou o menor valor do período que vai de 2004 a 2018 no ano de 2015. Neste sentido, o recorte analítico definido até 2015 faz com que seja possível analisar um período de redução de desigualdade durante a totalidade do seu processo.

Nas próximas seções serão apresentadas: o detalhamento da metodologia e a base de dados utilizada, os resultados obtidos e respectivas análises, as considerações finais do estudo e por fim, rol de referências utilizadas.

2. METODOLOGIA

Visando atingir os objetivos propostos, a metodologia que embasa empiricamente este trabalho tem como base o estudo de Soares (2006). O autor analisou a distribuição de renda no Brasil entre 1973 e 2004, dando ênfase entre os anos de 2001 a 2004. O estudo aqui realizado atualiza a base de dados de Soares (2006) até o ano de 2015, com ressalva para o ano de 2010 quando a PNAD não foi realizada. A escolha do período se fundamentou pelas políticas sociais aplicadas nos governos Lula e Dilma, onde teve contínuo crescimento do salário mínimo e de programas sociais.

Os índices utilizados foram a curva de Lorenz, que mede o grau de desigualdade, o índice de Gini, a razão entre a renda média dos 20% mais pobres e os 20% mais ricos e entre os 40% mais pobres e os 10% mais ricos, além da análise de bem-estar, através da análise de dominância de primeira e segunda ordem. São indicadores que medem a desigualdade segundo a renda per capita domiciliar dos indivíduos.

Os dados utilizados dizem respeito, na sua maioria aos microdados da PNAD, utilizando, nos dados agregados a renda média dos trabalhadores, números e taxas de pessoas ocupadas, número de pessoas e taxa de pobreza, índices de desigualdade durante o período de 2004 a

2015. Para o tratamento dos microdados da PNAD, não foi realizada nenhuma exclusão, exceto para os percentuais da renda onde retirou-se o rendimento zero e optou-se por utilizar os pesos individuais para os cálculos em que foi possível utilizar tal atributo. A PNAD é descontinuada em 2015¹, impossibilitando o prosseguimento da análise para anos mais recentes. Também foram utilizadas informações retiradas do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) no que diz respeito aos programas sociais do governo.

Para mostrar o comportamento da desigualdade de rendimentos no período, optou-se por expor o comportamento da renda média *per capita*, de 2004 a 2015, a partir da dominância de primeira e segunda ordem, para analisar o bem comum que está por trás da distribuição de renda. “Quando ocorre Dominância de Primeira Ordem, todos detêm mais renda em uma distribuição que em outra, e todos, salvo troca de posições, estão em situação melhor” (SOARES, 2006, p. 12). Caso a Função de Bem-Estar Social tenha aumento a partir da transferência de renda, onde o indivíduo de menor renda recebe renda de um indivíduo de maior renda, nesse caso vale a Dominância de Segunda Ordem. Para analisar a mesma, leva-se em conta apenas a renda média dos décimos mais pobres da população (BARROS et al., 1997; SOARES, 2006). A decomposição da renda por fonte *per capita* por tipo de renda, dando ênfase à renda do trabalho e a renda de rendimento de juros de poupança e de outras aplicações financeiras, dividendos e programas sociais como o Bolsa Família também é exposta.

A análise entre os anos de 2004 e 2015 foi feita da seguinte forma: primeiramente foi calculado e analisado os indicadores para o período buscando medir se houve queda da desigualdade de renda, através do Coeficiente de Gini. Além disso, nesta seção são expostos brevemente os indicadores do índice de Gini e da razão entre a renda média dos 10% mais ricos e a dos 40% mais pobres, razão entre a renda média dos 20% mais ricos e a dos 20% mais pobres a partir de informações do Banco Mundial. Tal exposição é realizada para mostrar que realmente, apesar da disponibilidade de informações por esta fonte para estes indicadores nota-se que mesmo em outra fonte, os valores mínimos de todas as séries ocorrem para o ano de 2015, sugerindo que o período utilizado é capaz de apresentar um panorama adequado para a redução da desigualdade recente do Brasil.

¹ A PNAD deu espaço a PNAD contínua, também realizada pelo IBGE. Apesar desta pesquisa ser coletada também pelo IBGE, infelizmente não há compatibilidade entre a pesquisa extinta e a atual.

Seguindo com as informações da PNAD, é analisado se houve mudanças na desigualdade do ponto de vista de dominância de distribuições através da dominância de primeira e segunda ordem. Seguido da composição da renda per capita por tipo de renda através da decomposição do coeficiente de Gini buscando verificar o quanto a renda do trabalho e as transferências governamentais causaram redução da desigualdade e qual tem maior impacto na distribuição de renda, para realizar tal decomposição se utilizou o software Stata 14.

De acordo com Soares (2006) a Curva de Lorenz (L) é o termo mais usado para medir a desigualdade e ocorre da seguinte forma: $F(x)$ é a distribuição acumulada dos indivíduos cuja renda é inferior ou igual a x e $\Phi(x)$ a parcela da renda total detida pelos mesmos. A Curva de Lorenz é formada por um gráfico de dispersão dessas duas grandezas, ou seja, descrita em (1).

$$L = (F(x), \Phi(x)). \quad (1)$$

Para obter a Curva de Lorenz, inicialmente se ordena a população por renda domiciliar per capita. Então acumula-se no eixo horizontal a porcentagem da população de 0% a 100%. Posteriormente se expõe no eixo vertical a porcentagem da renda detida por essa mesma população. Curva de Lorenz inicia no ponto (0,0), ponto que ainda não se contou nenhum indivíduo, portanto não há nenhuma renda; e tem seu término no ponto (100,100), em que todos indivíduos da distribuição foram contados e, portanto, onde toda a renda foi acumulada. A curva é sempre crescente, uma vez que por menor que seja a renda que um indivíduo novo traga para a distribuição, sempre somará na curva. A linha reta diagonal ligando os pontos (0,0) e (100,100) chama-se a Reta da Igualdade Perfeita e representa uma situação hipotética na qual todos têm o mesmo rendimento (SOARES, 2006).

O segundo indicador apresentado é o Índice de Gini. Este índice mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. Seu valor varia de 0, quando não há desigualdade, a 1, quando a desigualdade é máxima (SOARES, 2006; MATOS, 2005). Trata-se de uma das medidas de distribuição mais usadas no mundo. Este índice é obtido de acordo com (2) (JUNIOR et al., 2010).

$$G = 1 + \left(\frac{1}{n} \right) - \left(\frac{2}{n^2 \bar{y}} \right) \sum_{i=1}^n (n - i + 1) \quad (2)$$

Onde n é o número de indivíduos observados, i a ordem dos indivíduos, quando estão ordenados de forma crescente quanto a renda e \bar{y} é o rendimento médio.

A Razão entre a renda média dos 10% mais ricos e a dos 40% mais pobres é uma medida do grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita, comparando a renda média do décimo mais rico com os quatro décimos mais pobres da mesma distribuição. Conforme Junior *et al* (2010) a fórmula utilizada para o cálculo desta razão é conforme (3), onde $RR_{R(10)/P(40)}$ é a Razão entre a renda média dos 10% mais ricos e a dos 40% mais pobres, $V_{R(10)}$ o Valor agregado pertencente a um décimo mais ricos da distribuição e $V_{P(40)}$ o Valor agregado pertencente aos quatro décimos mais pobres da distribuição.

$$RR_{R(10)/P(40)} = \frac{V_{R(10)}}{V_{P(40)}} \quad (3)$$

A razão entre a renda média dos 20% mais ricos e a dos 20% mais pobres é uma medida do grau de desigualdade da distribuição de renda, conforme a renda domiciliar per capita dos indivíduos segundo Soares (2006). Essa medida compara a renda média dos indivíduos pertencentes aos dois décimos mais ricos em relação a renda média dos indivíduos pertencentes aos dois décimos mais pobres de uma mesma distribuição de renda e o cálculo é similar ao descrito em (3) apenas sendo necessário substituir para a renda nos respectivos percentuais (JUNIOR *et al.*, 2010).

Por fim, a decomposição do índice de Gini por fonte de renda leva em conta o coeficiente de concentração formado a partir da Curva de Concentração. De acordo com Soares (2006) o cálculo de cada parcela da renda (c_k) pode ser acumulado de forma que o índice de Gini pode ser exposto como (4).

$$G = \sum_k c_k \mu_k \quad (4)$$

Em que c_k é o Coeficiente de Concentração da renda do tipo k em relação à renda total e μ_k a porcentagem da renda k na renda total. Além disso, vemos que por (5), é possível decompor os fatores.

$$\Delta G = \sum_k c_k \Delta \mu_k + \mu_k \Delta c_k \quad (5)$$

É possível ainda decompor a mudança no coeficiente de Gini de acordo com o peso na renda total e o coeficiente de concentração de cada renda. “O primeiro termo dentro do somatório é o efeito composição de rendas e o segundo é o termo Coeficientes de Concentração. É possível ainda individualizar a contribuição de cada renda k segundo a fórmula” (SOARES, 2006, p. 23), conforme (6).

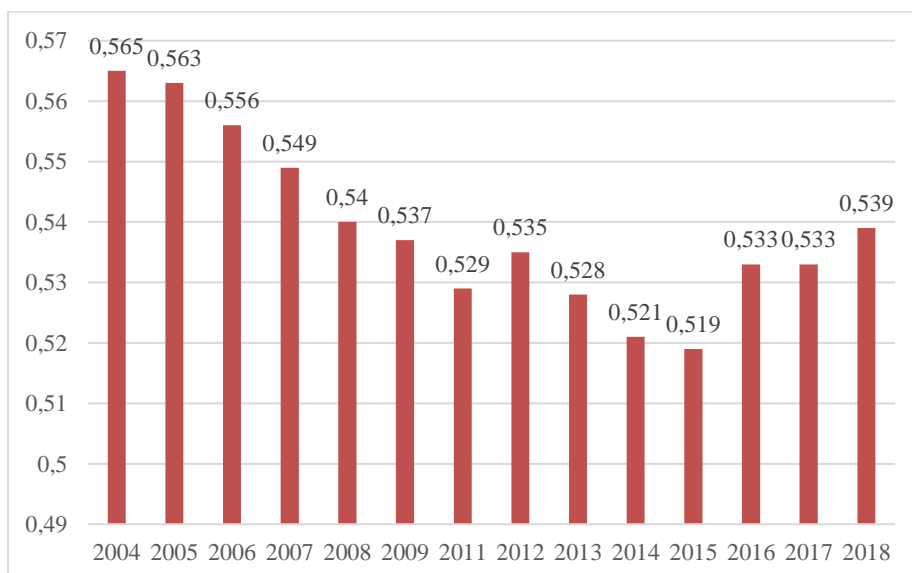
$$\frac{\Delta G}{\Delta k} = \mu_k \Delta c_k + (c_k - G) \Delta \mu_k \quad (6)$$

Importante destacar que, para fins de ilustração, alguns dados panorâmicos foram apresentados até o ano 2018. Esta escolha foi feita para contribuir com a construção da percepção de que o período de redução de desigualdade encerra-se no ano de 2015, afetado por crises econômicas e políticas ocorridas no país.

4. RESULTADOS

O Gráfico 1 apresenta a série histórica do Índice de Gini do Brasil, a partir de 2004. Sabe-se que o ano de 2004, havia sido indicado por Soares (2006) como o de maior distribuição de renda desde 1976 (Gini de 0,572)². Percebe-se então que houve um crescimento da distribuição de renda contínua até o ano de 2015, onde o índice de distribuição foi de 0,513 se mostrando como o ano com a melhor distribuição de renda da série. A partir de 2015, pode-se observar um aumento de 0,02 pontos, chegando, no último ano da série, em 0,533. O índice ainda encontra-se em patamares menores do que no ano de 2004, mas teve um incremento de quase 4% se comparada a distribuição de renda contabilizada para 2018 (último dado disponível), com a registrada em 2015 (melhor indicador da série de dados analisada).

Gráfico 1- Índice de Gini, no Brasil, de 2004 a 2018



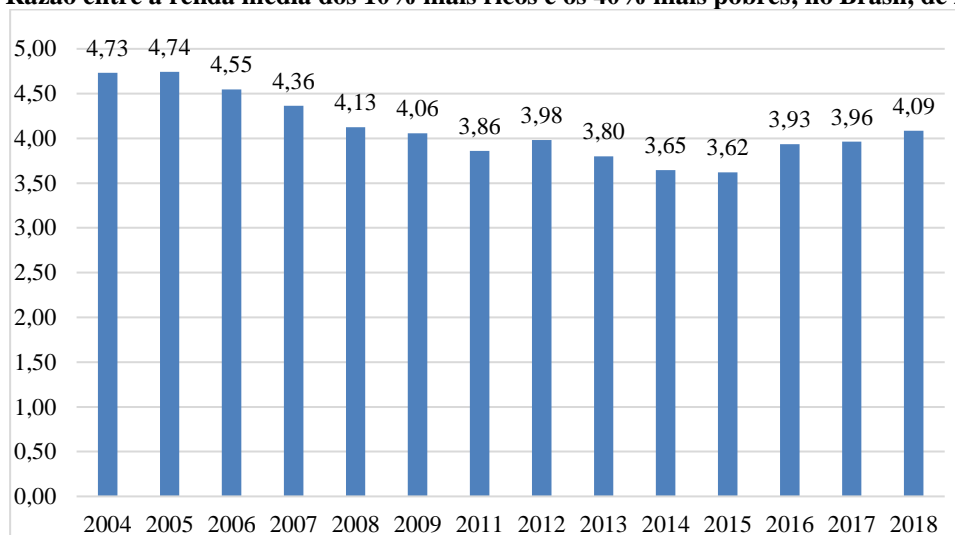
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Banco Mundial, 2020.

Quando se analisam as rendas médias do período, o Gráfico 2 mostra que há uma diminuição contínua na razão entre as rendas médias dos 10% mais ricos com os 40% mais pobres. Isso indica que ocorre uma melhor distribuição de renda na sociedade, com transferência de renda dos 10% mais rico para a camada mais pobre da população. Assim como identificado nos dois outros indicadores, o ano de 2015 é o que apresenta a melhor distribuição,

² Este valor foi obtido pelo autor utilizando-se dados da PNAD. Neste sentido, é possível observar que não há uma oscilação muito grande entre os valores encontrados pelo mesmo e pelo Banco Mundial.

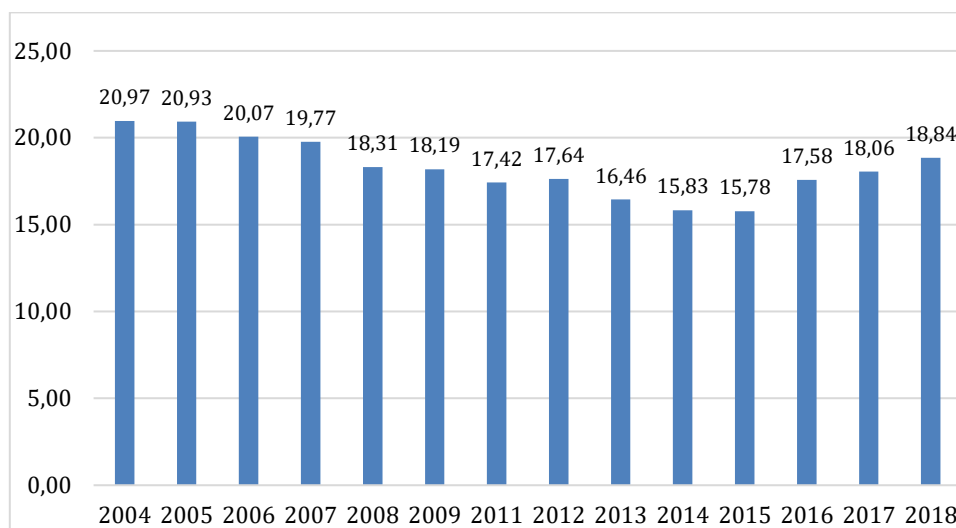
com 3,51. Até este ano a tendência de melhora na distribuição de renda, percebida por Soares (2006) se manteve. No entanto, o ano de 2016 a 2018 evidenciam uma piora na distribuição de renda, como percebido nos índices de Gini e pela distribuição da renda em termos de percentil da população.

Gráfico 2: Razão entre a renda média dos 10% mais ricos e os 40% mais pobres, no Brasil, de 2004 a 2018



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Banco Mundial, 2020.

Quando observada a razão entre a renda média dos 20% mais ricos e dos 20% mais pobres (Gráfico 3), percebe-se que as rendas estão mais próximas ano após ano da série, até o ano de 2015. A partir deste ano o indicador passa a apresentar uma piora, voltando a ficar nos patamares observados nos anos de 2008 e 2009. O gráfico ainda mostra que o ano de 2015 foi o que apresentou a menor razão chegando a 15,78, valor este referente a uma diminuição de mais de 5 pontos no indicador em relação ao ano de 2004. Também nesta razão percebe-se uma piora do indicador nos anos de 2016 a 2018, mostrando que a renda volta a concentrar-se, embora se tenham poucos dados para afirmar sobre uma mudança de tendência mais ampla.

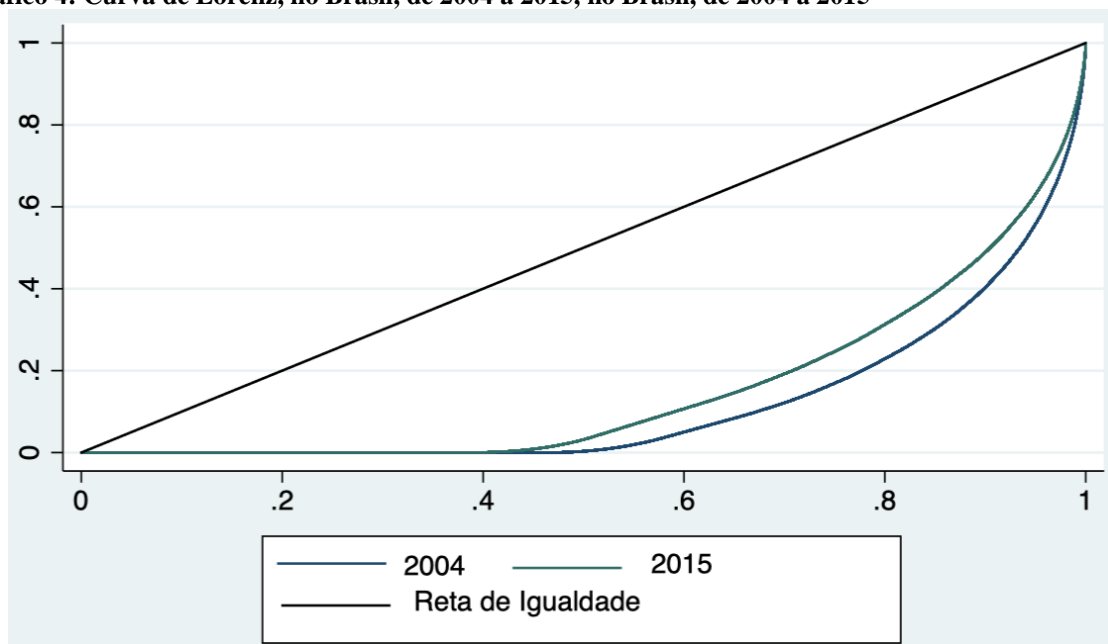
Gráfico 3: Razão entre a renda média dos 20% mais ricos e os 20% mais pobres, no Brasil, de 2004 a 2018

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Banco Mundial, 2020.

A partir da análise destes dados, pode-se afirmar que o ciclo de redução de desigualdade encerrou-se em 2015. Assim, a trajetória de redução da desigualdade no Brasil no período recente, pode, sem grandes perdas, ser analisada até esta data. Importante reforçar que este estudo atualiza a análise feita por Soares (2006) que indica que o ciclo de redução de desigualdades se inicia nos anos 2000.

Feito o panorama inicial, passa-se para a análise dos indicadores de dominância, bem como dos principais fatores de redução da desigualdade. Todos os índices observados mostraram que há uma constante diminuição da desigualdade no período, tendo o ano de 2015 com a melhor distribuição. Todos os resultados observados se mostraram melhor que o ano de 2004, este sendo o melhor em distribuição segundo Soares (2006) na série histórica de 1976 a 2004. É possível afirmar que, de acordo com os dados e índices usados, a sociedade brasileira se encontrava, no ano de 2015, na sua melhor condição de distribuição de renda desde o ano de 1976. No gráfico 4, é exposta a primeira curva da análise, de 2004, e a última, de 2015, bem como a curva de igualdade. Nota-se que realmente houve uma modificação perceptível entre as curvas, fazendo com que a de 2015 esteja mais próxima da reta de igualdade.

Gráfico 4: Curva de Lorenz, no Brasil, de 2004 a 2015, no Brasil, de 2004 a 2015



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD, 2017.

Na tabela 1 pode se ver a participação na renda domiciliar por decimos da população que ajuda a perceber a melhora na distribuição de renda. Percebe-se as melhores distribuições estão para os anos de 2014 e 2015. Isso demonstra melhoria na renda domiciliar nas camadas mais pobres da população. Ao contrário, o 9º e 10º decimos tem sua melhor condição no ano de 2004. Isso mostra que a melhora de renda dos decimos de menor renda é acompanhada da redução da renda dos decimos de maior renda.

Tabela 1: Renda domiciliar – participação por decimos da população, no Brasil, de 2004 a 2015

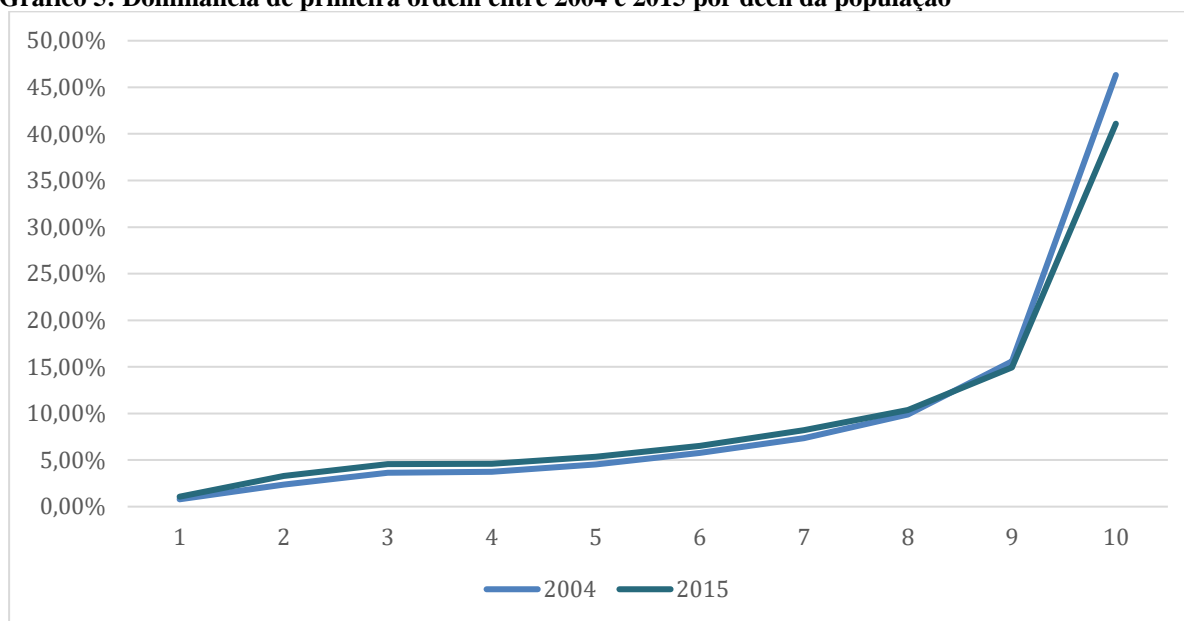
Ano	Décimos da População Brasileira									
	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	10º
2004	0,79%	2,37%	3,62%	3,73%	4,53%	5,77%	7,36%	9,90%	15,60%	46,32%
2005	0,86%	2,50%	3,82%	3,82%	4,65%	5,80%	7,33%	9,86%	15,34%	46,02%
2006	0,83%	2,45%	3,98%	4,08%	4,67%	5,80%	7,51%	9,86%	15,28%	45,53%
2007	0,95%	2,69%	4,09%	4,14%	4,75%	5,89%	7,53%	9,82%	15,25%	44,91%
2008	0,93%	2,72%	4,08%	4,11%	4,84%	6,00%	7,64%	9,90%	15,22%	44,57%
2009	0,97%	2,72%	4,26%	4,30%	4,92%	6,02%	7,72%	9,86%	15,16%	44,07%
2011	1,08%	3,23%	4,27%	4,36%	5,13%	6,30%	7,87%	10,07%	15,00%	42,70%
2012	1,04%	3,19%	4,39%	4,42%	5,23%	6,31%	7,94%	9,99%	15,00%	42,49%
2013	1,05%	3,24%	4,38%	4,43%	5,23%	6,35%	8,01%	10,16%	15,11%	42,05%
2014	1,09%	3,34%	4,37%	4,48%	5,32%	6,50%	8,10%	10,29%	15,01%	41,49%
2015	1,07%	3,31%	4,58%	4,59%	5,34%	6,52%	8,21%	10,35%	14,94%	41,09%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD, 2017.

Isso significa dizer que os décimos mais baixos melhoraram a partir de uma queda dos décimos mais altos sendo uma melhor distribuição de renda no país. Ou seja, a população de renda baixa e média obteve crescimento de renda enquanto os dois décimos mais ricos da população tiveram redução de renda.

Seguindo a análise de bem-estar social, há a análise de primeira ordem de dominância. De acordo com os resultados obtidos pelo gráfico 5 e o ano de 2015 tem dominância de primeira ordem sobre o ano de 2004, isto acontece quando todos os décimos de uma distribuição da população têm a renda maior que os respectivos de outra distribuição, portanto todos os indivíduos da distribuição estão em condição melhor que anteriormente. Neste caso, o primeiro décimo teve uma diferença de 26% de 2004 para 2015, o quinto décimo 15% de aumento e o último décimo 12%, um fator importante é que o crescimento da renda dos décimos da população é decrescente ao decorrer dos décimos, sendo maiores os aumentos das pessoas da parte de baixo da população.

O Gráfico 5 expõe a dominância de primeira ordem, para os anos de 2004 e 2015, primeiro e último, pode-se ver que há dominância de primeira entre estes anos, de acordo com o decil da população. Se houver dominância de primeira ordem, significa que ocorreu um crescimento contínuo do bem-estar social. Ou seja, toda a sociedade está melhor, independente do ponto da distribuição de renda em que o indivíduo se encontra. Pode-se afirmar então, pelos dados analisados, que existe uma dominância de primeira ordem do ano 2015 sobre o ano 2004 e que a diferença é maior para os primeiros valores, ou seja, para os grupos de menor rendimento iniciais da renda.

Gráfico 5: Dominância de primeira ordem entre 2004 e 2015 por decil da população

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD, 2017.

Não foi possível observar a dominância de segunda ordem para a PNAD entre 2004 e 2015. Mas, a partir das análises feitas até aqui, pode-se afirmar que o ano de 2015 foi o de melhor distribuição da série temporal. Adicionando-se aos resultados de Soares (2006) o ano de 2015 torna-se o melhor ano em distribuição de renda desde 1976.

Agora resta saber o porquê e como se deu essa melhor distribuição. Soares (p.15, 2006) sinaliza duas explicações possíveis. A primeira é que “a desigualdade caiu graças à política social do Estado, em particular aos programas de transferência de renda e, a segunda explicação “é que foi o mercado de trabalho o responsável por tal queda”. Os programas sociais no Brasil são importantes para a distribuição de renda e têm crescido na economia brasileira. O programa Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada (BPC), foram os enfatizados pelo governo brasileiro nos últimos anos (SOARES, 2006; SOLIGO, 2012). O BPC é um programa que beneficia deficientes e idosos acima dos 65 anos com um salário mínimo, em que a renda familiar per capita não ultrapassa $\frac{1}{4}$ do salário mínimo, o programa serve para dar melhores condições de vida para estes beneficiários, procurando tirá-los da linha de pobreza e melhorando a distribuição de renda (DE LEMOS, 2013). Os valores do BPC (deflacionados pelo INPC - Tabela 2) mostram que o valor total investido nos benefícios para idosos e deficientes, passou de 12 bilhões de reais em 2004, para 55 bilhões em 2019, mais do que triplicando o valor investido de 2004 para 2019, e com o número de beneficiários passando de 2 milhões para 4,5 milhões.

Tabela 2: Valor e número total de beneficiários do BPC, no Brasil, de 2004 a 2017

Ano	Para Deficientes (unidade)	Para Deficientes (R\$ de 2019)	Para Idosos (unidades)	Para Idosos (R\$ de 2019)
2004	1.127.849	R\$ 7.310.257.272,42	933.164	R\$ 5.569.606.545,11
2005	1.211.761	R\$ 8.549.216.485,28	1.065.604	R\$ 7.316.993.996,92
2006	1.293.645	R\$ 10.486.267.115,06	1.183.840	R\$ 9.447.809.141,79
2007	1.385.107	R\$ 11.677.883.505,88	1.295.716	R\$ 10.847.512.461,57
2008	1.510.682	R\$ 13.025.515.868,50	1.423.790	R\$ 12.227.447.096,86
2009	1.625.625	R\$ 15.198.563.313,62	1.541.220	R\$ 14.464.423.389,96
2010	1.778.345	R\$ 17.222.043.891,60	1.623.196	R\$ 16.001.648.358,12
2011	1.907.511	R\$ 18.754.125.619,80	1.687.826	R\$ 16.850.677.559,22
2012	2.021.721	R\$ 21.461.592.167,33	1.750.121	R\$ 18.784.218.616,47
2013	2.141.846	R\$ 23.472.538.370,77	1.822.346	R\$ 20.179.567.678,65
2014	2.253.822	R\$ 24.947.123.892,45	1.876.610	R\$ 21.023.982.053,23
2015	2.323.808	R\$ 25.487.524.125,72	1.918.918	R\$ 21.120.517.225,12
2016	2.436.608	R\$ 27.671.004.500,67	1.974.942	R\$ 22.668.739.663,01
2017	2.527.257	R\$ 30.103.730.413,38	2.022.221	R\$ 24.246.848.094,29
2018	2.603.082	R\$ 30.605.387.539,06	2.048.842	R\$ 24.334.447.251,15

Fonte: Elaboração própria a partir de do MDS, 2020 e PBDA, 2016.

O Programa Bolsa Família vem sendo o principal programa do governo de distribuição de renda. Tornou-se referência internacional em tecnologia de distribuição de renda além de ser responsável por grande parte do combate à pobreza em nosso país (CAMPELLO; NERI, 2013). O programa além de distribuir renda, trouxe melhora da qualidade de vida para as famílias mais pobres. Isso decorre dos requisitos para manutenção dos benefícios, tais como as crianças estarem frequentes nas escolas, irem aos postos de saúde para pesagem e acompanhamento.

Para entender a importância do Programa Bolsa Família, é importante resgatar algumas informações relacionadas as taxas de pobreza e extrema pobreza do Brasil. De acordo com o Banco Mundial, são consideradas pobres as pessoas que vivem com menos de US\$ 5,50 por dia, em países de renda média-alta. Para países com renda média-baixa, a linha da pobreza é definida a partir da renda per capita na faixa de US\$ 3,20 por dia. Já a extrema pobreza é definida a partir da renda individual igual ou menor que US\$ 1,90 por dia (TWB, 2020). A tabela 3 traz dados sobre estas faixas de renda, no Brasil, medidos em dólar em paridade do poder de compra (PPC).

Os percentuais indicam que o valor mínimo foi em 2014 para todas as linhas de pobreza, sendo que, a partir desta data, houve um crescimento. A partir de 2015, houve um aumento tanto do percentual da população quanto do gap para sair da pobreza.

Tabela 3: Taxa de pobreza e extrema pobreza, de 2004 a 2017, no Brasil

Ano	Renda abaixo de US\$ 1,90 por dia em PPC		Renda abaixo de US\$ 3,20 por dia em PPC		% Renda abaixo de US\$ 5,50 por dia em PPC	
	% População	GAP (%)	% População	GAP (%)	% População	GAP (%)
2004	9,7	3,6	21,5	8,5	40,3	18,0
2005	8,6	3,2	19,7	7,6	38,1	16,7
2006	7,2	2,7	17,1	6,4	34,2	14,5
2007	6,8	2,8	15,7	6,1	32,1	13,7
2008	5,6	2,2	13,5	5,1	28,9	11,9
2009	5,4	2,1	12,5	4,8	27,4	11,2
2011	4,7	1,9	10,3	4,1	24,0	9,6
2012	3,8	1,5	8,7	3,4	20,8	8,0
2013	3,8	1,5	8,2	3,3	19,5	7,7
2014	2,8	1,0	6,9	2,5	17,9	6,5
2015	3,4	1,2	8,0	2,9	19,4	7,3
2016	4,3	1,6	9,3	3,7	20,7	8,4
2017	4,8	1,8	9,6	4,0	21,0	8,7

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Banco Mundial, 2020.

Os dados do Programa Bolsa Família (Tabela 4), referentes a dezembro de cada ano, revelam o contínuo crescimento que o programa obteve a partir de 2004. Pode-se perceber que o valor do número de beneficiários de 2004 para 2014 passou de 6.571.839 para 14.003.441, sendo assim um crescimento de 113%, com uma média de crescimento de 8,45% por ano, de pessoas que passaram a receber o benefício. O número de benefícios cai no período de 2015 a 2016, para os patamares de 2011 e 2012, fechando o ano de 2017 em 13.828.609 benefícios, 1,82% menor do que o ano de 2013 (ano com o maior número de benefícios distribuídos).

Tabela 4: Dados do Programa Bolsa Família, de 2004 a 2017, no Brasil

Brasil	Número de benefícios	Valor total dos benefícios (Valor nominal)	Valor total dos benefícios em dezembro (Valor real)	Valor médio do auxílio
2004	6.571.839	R\$ 439.870.605,00	R\$ 974.406.211,70	R\$ 148,27
2005	8.700.445	R\$ 549.385.527,00	R\$ 1.158.536.274,29	R\$ 133,16
2006	10.965.810	R\$ 686.701.812,00	R\$ 1.408.484.975,11	R\$ 128,44
2007	11.043.076	R\$ 831.106.698,00	R\$ 1.621.098.745,19	R\$ 146,80
2008	10.557.996	R\$ 905.899.897,00	R\$ 1.659.437.632,45	R\$ 157,17
2009	12.370.915	R\$ 1.174.266.196,00	R\$ 2.066.041.286,72	R\$ 167,01
2010	12.778.220	R\$ 1.239.042.080,00	R\$ 2.047.626.597,83	R\$ 160,24
2011	13.361.495	R\$ 1.605.970.114,00	R\$ 2.501.888.123,58	R\$ 187,25

2012	13.902.155	R\$ 2.012.731.564,00	R\$ 2.952.586.354,16	R\$ 212,38
2013	14.086.199	R\$ 2.139.325.691,00	R\$ 2.972.910.678,38	R\$ 211,05
2014	14.003.441	R\$ 2.367.019.543,00	R\$ 3.096.473.536,00	R\$ 221,12
2015	13.936.791	R\$ 2.270.795.927,00	R\$ 2.669.573.310,64	R\$ 191,55
2016	13.569.576	R\$ 2.458.172.701,00	R\$ 2.711.443.924,40	R\$ 199,82
2017	13.828.609	R\$ 2.480.967.459,00	R\$ 2.681.160.061,38	R\$ 193,89

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do MDS, 2020a.

Nota: Dados para o mês de dezembro de cada ano

Já o valor total real dos benefícios, em que se deflacionou a série pelo IPCA para valores de 2019, passou de R\$ 974.406.211,70 para R\$ 2.681.160.061,38, sendo esta uma diferença de quase três vezes (275%) do valor investido de 2004 para 2017 no programa. O valor médio recebido por pessoa passou de R\$ 148,27 para R\$ 193,89 respectivamente. Valores esses importantes para a distribuição de renda, porque beneficiam diretamente nas pessoas mais pobres.

Partindo para a segunda explicação dada por Soares (2006), a queda da desigualdade se dá também pelo trabalho e respectivamente por sua renda. De acordo com dados da RAIS, (Tabela 5), o número de pessoas que tinham vínculo ativo em 31/12 foi de 31 milhões em 2004, no mercado formal, chegando ao valor máximo de 49,6 milhões em 2014, e retornando ao patamar de 46,3 milhões em 2017. Pode-se abstrair disso uma taxa de crescimento positiva na série que em média cresceu 2,92% ao ano chegando ao aumento total de 48% de 2004 para 2017. O aumento de trabalhadores empregados significa que há mais pessoas com renda disponível na sociedade.

Tabela 5: População ocupada e taxa de crescimento desta, no Brasil, de 2004 a 2017

Ano	População ocupada	Taxa de crescimento da população ocupada
2004	31.407.576	
2005	33.238.617	5,83%
2006	35.155.249	5,77%
2007	37.607.430	6,98%
2008	39.441.566	4,88%
2009	41.207.546	4,48%
2010	44.068.355	6,94%
2011	46.310.631	5,09%
2012	47.458.712	2,48%
2013	48.948.433	3,14%
2014	49.571.510	1,27%
2015	48.060.807	-3,05%
2016	46.060.198	-4,16%
2017	46.281.590	0,48%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAIS (2020)

Assim como a população ocupada aumentou constantemente, o salário mínimo vem pelo mesmo caminho. Segundo Soares (2006) este apresentava com um crescimento contínuo entre 1994 a 2004. Percebe-se também um crescimento contínuo de 2004 a 2015, com a exceção do ano de 2011. O salário mínimo real no mês de referência teve queda apenas de 2010 para 2011 com uma média de crescimento de 5% a cada ano. O aumento do salário mínimo age na distribuição de renda, porque seu crescimento influencia diretamente nas classes mais baixas da população. Assim como em Soares (2006), as duas explicações têm participação importante na melhora de distribuição de renda no país.

Sobre o peso que cada item do rendimento tem nesse processo de redução da desigualdade ao longo do tempo, a análise é realizada com os microdados da PNAD e a decomposição do índice de Gini por fonte de rendimento.

O rendimento total por fontes de renda foi assim organizada: Renda do trabalho³; Previdência outra⁴; Previdência SM⁵; Juros e Bolsa Família⁶; Outras rendas⁷. Vale ressaltar que um problema desta análise é não conseguir separar a renda dos programas sociais dos juros e dividendos, pois os mesmos são compatibilizados juntos nas PNADs. Caso as rendas fossem separadas poderia ter-se resultados mais exatos de cada renda, em que a primeira beneficia a parte de baixo da população enquanto a segunda a parte de cima.

A partir da decomposição do coeficiente de Gini obteve-se os resultados apresentados nas tabelas a seguir. A tabela 6 mostra o peso em porcentagem que cada categoria tem sobre a renda total per capita e o nível de concentração de cada tipo de renda *k*. A tabela 7 mostra a participação e à correlação que a renda *k* tem na distribuição da renda total *per capita*. Por último, a tabela 8 quadro mostra a variação causada na distribuição de renda caso houvesse aumento de 1% na renda *k*.

A tabela 6 mostra o que já era de se esperar, que a renda do trabalho é responsável pela maior parte da renda per capita. Ao decorrer da série houve aumento uma leve redução na parcela da mesma na composição do rendimento, com sua maior participação no ano de 2011

³ Inclui a renda de todos os trabalhos, principal, secundário e outros;

⁴ que inclui o rendimento de aposentadoria e pensão não indexados ao salário mínimo;

⁵ que inclui o rendimento de aposentadoria e pensão indexados ao salário mínimo para verificar se o indivíduo recebia exatamente um salário mínimo no período pesquisado;

⁶ que inclui rendimento de juros de poupança e de outras aplicações financeiras, dividendos e programas sociais como o Bolsa Família;

⁷ que inclui rendimento de doação, abono permanência e alugueis.

com 77,96% da renda total, além disso seu nível de concentração diminuiu de 0,8187 em 2004 para 0,7817 em 2015, sendo assim houve uma melhora substancial.

A categoria Juros e Bolsa Família viu seu nível de concentração diminuir de 0,979 para 0,9624 de 2004 para 2015 e aumentar sua participação em termos absolutos passando de 1,69% para 2,22% em termos de pontos percentuais da renda total, tendo sua maior participação na renda total no ano de 2012 com 2,52%. Pode-se citar como responsável por parte desse aumento a expansão das políticas de distribuição de renda como por exemplo o programa Bolsa Família que aumentou seu número de beneficiários, bem como o BPC.

Um dado importante a se analisar é o da Previdência SM, que aumentou mais de dos pontos percentuais em sua participação na renda per capita de 2004 para 2015, isso significa que tem mais pessoas recebendo aposentadoria e pensão iguais a um salário mínimo, e assim como nas outras rendas, sua renda é concentrada principalmente nas pessoas das camadas mais pobres da população.

Tabela 6: Peso de cada renda e nível de concentração

Ano	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	2015
Porcentagem de cada renda no rendimento mensal de todas as fontes(sk)											
Renda do Trabalho	76,78 %	76,46 %	76,29 %	77,21 %	76,89 %	76,44 %	77,96 %	77,58 %	77,64 %	77,04 %	75,93 %
Juros e Bolsa Família	1,69%	1,82%	2,31%	1,70%	1,88%	1,83%	2,08%	2,52%	2,10%	2,33%	2,22%
Previdência SM	4,54%	4,94%	5,11%	5,33%	5,25%	5,68%	5,86%	6,15%	6,22%	6,22%	6,63%
Previdência Outra	15,05 %	14,65 %	14,23 %	14,02 %	14,34 %	14,42 %	13,55 %	12,85 %	13,27 %	13,33 %	14,17 %
Outras Rendas	2,47%	2,54%	2,49%	2,11%	2,27%	2,15%	1,41%	1,53%	1,45%	1,57%	1,51%
Nível de concentração da renda k (gini de k) (gk)											
Renda do Trabalho	0,8187	0,8144	0,8098	0,8055	0,7979	0,7958	0,7912	0,784	0,7864	0,7763	0,7817
Juros e Bolsa Família	0,979	0,9814	0,971	0,9755	0,9697	0,9665	0,9641	0,9663	0,9609	0,9602	0,9624
Previdência SM	0,9412	0,9388	0,9397	0,9374	0,9371	0,9352	0,9323	0,9299	0,9292	0,9275	0,9257
Previdência Outra	0,9733	0,9726	0,9725	0,9724	0,9709	0,9709	0,97	0,9697	0,9683	0,9666	0,9648
Outras Rendas	0,9911	0,9906	0,9906	0,9922	0,9921	0,9919	0,9946	0,9947	0,9948	0,9932	0,9931

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD, 2017.

A categoria de Previdência Outra, teve diminuição na sua participação, de 15,05% em 2004 para 14,17% em 2015, e sua concentração não variou muito durante o período. Por fim a categoria Outras Rendas apresentou redução na sua participação, passando de 2,47% no início

da série para 1,51% no final, sendo assim diminuiu sua participação e sua concentração aumentou de 0,991 para 0,993, que como as demais se mostrou uma renda concentrada.

A tabela 7 mostra que a correlação da renda do trabalho na concentração de renda vem diminuindo. Isso significa que ela vem sendo melhor distribuída. Caso aumentasse a correlação, ter-se-ia uma desigualdade crescente. Além disso, a participação desta renda no índice de Gini aumentou de 2004 para 2014, em que era de 0,771 e chegou a 0,796 em 2013, reduzindo para o ano de 2015.

A renda de Juros e Bolsa Família foi a que mais se alterou e a correlação passou a ser negativa, especificamente ela se alterou de -0,006 para -0,0162. É provável que essa mudança ocorra em função da ampliação dos montantes destinados aos programas sociais nos últimos anos. O fato de a PNAD não permitir a separação do dado entre juros e o Bolsa Família cria uma limitação de análise aqui.

A correlação da Previdência SM e Previdência Outra com a distribuição de renda foram inversas. Enquanto a primeira aumentou sua correlação, a segunda diminuiu. Em relação a participação no coeficiente de Gini, as duas mantiveram certa estabilidade. A categoria Outras Rendas diminuiu sua correlação e participação na distribuição.

Tabela 7: Correlação e participação da renda k com a distribuição de renda

Ano	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	2015
Correlação da renda k com a distribuição (rk)											
Renda do Trabalho	0,944	0,9418	0,94	0,9427	0,9352	0,9348	0,93	0,9309	0,932	0,9294	0,926
Juros e Bolsa Família	0,5006	0,5132	0,4509	0,3925	0,3576	0,2994	0,3403	0,3664	0,2383	0,2328	0,1971
Previdência SM	0,4132	0,4165	0,4207	0,3962	0,3918	0,3968	0,3548	0,3613	0,3475	0,3253	0,3279
Previdência Outra	0,879	0,8824	0,8745	0,8682	0,8569	0,8579	0,8395	0,8342	0,8296	0,8234	0,8256
Outras Rendas	0,8007	0,7966	0,7946	0,7872	0,7891	0,7907	0,7612	0,7781	0,7709	0,7361	0,7117
Participação da renda k na distribuição de renda (participação no gini) (share)											
Renda do Trabalho	0,7707	0,7692	0,7706	0,7829	0,7761	0,7744	0,7913	0,7925	0,7963	0,7941	0,7855
Juros e Bolsa Família	0,0108	0,012	0,0134	0,0087	0,0088	0,0072	0,0094	0,0125	0,0067	0,0074	0,006
Previdência SM	0,0229	0,0253	0,0268	0,0264	0,0261	0,0287	0,0268	0,0289	0,0281	0,0268	0,0288
Previdência Outra	0,1672	0,165	0,1606	0,1581	0,1613	0,1636	0,1522	0,1455	0,1492	0,1516	0,1614
Outras Rendas	0,0255	0,0263	0,026	0,022	0,024	0,023	0,0148	0,0166	0,0155	0,0164	0,0152

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD, 2017.

De acordo com a tabela 8, nos anos de 2004 e 2005, caso ocorresse o aumento de 1% na renda do trabalho, resultaria no aumento do coeficiente de Gini da renda total per capita em 0,003% e 0,005%. As categorias Juros e Bolsa Família e Previdência SM tiveram seus melhores resultados no ano de 2015, onde se houvesse o aumento de 1% em sua renda, levariam a uma redução do coeficiente de Gini em 0,0162% e 0,0375% respectivamente. Além disso seu impacto a favor da diminuição do coeficiente de Gini vem sendo crescente ao passar dos anos. As categorias Previdência Outra e Outras rendas a cada aumento de 1% de sua renda na distribuição de renda, aumentariam no coeficiente de Gini.

Tabela 8: Variação na distribuição de renda caso a renda k aumente 1%

Ano	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	2015
Renda do Trabalho	0,003	0,0047	0,0077	0,0107	0,0072	0,01	0,0116	0,0167	0,0199	0,0237	0,0262
Juros e Bolsa Família	-0,0061	-0,0062	-0,0097	-0,0083	-0,01	-0,0111	-0,0114	-0,0127	-0,0142	-0,0158	-0,0162
Previdência SM	-0,0225	-0,024	-0,0243	-0,0269	-0,0264	-0,0281	-0,0319	-0,0326	-0,0341	-0,0354	-0,0375
Previdência Outra	0,0167	0,0184	0,0183	0,0178	0,018	0,0194	0,0167	0,017	0,0165	0,0183	0,0196
Outras Rendas	0,0008	0,0009	0,0011	0,0009	0,0013	0,0015	0,0006	0,0013	0,0011	0,0007	0,0002

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD, 2017.

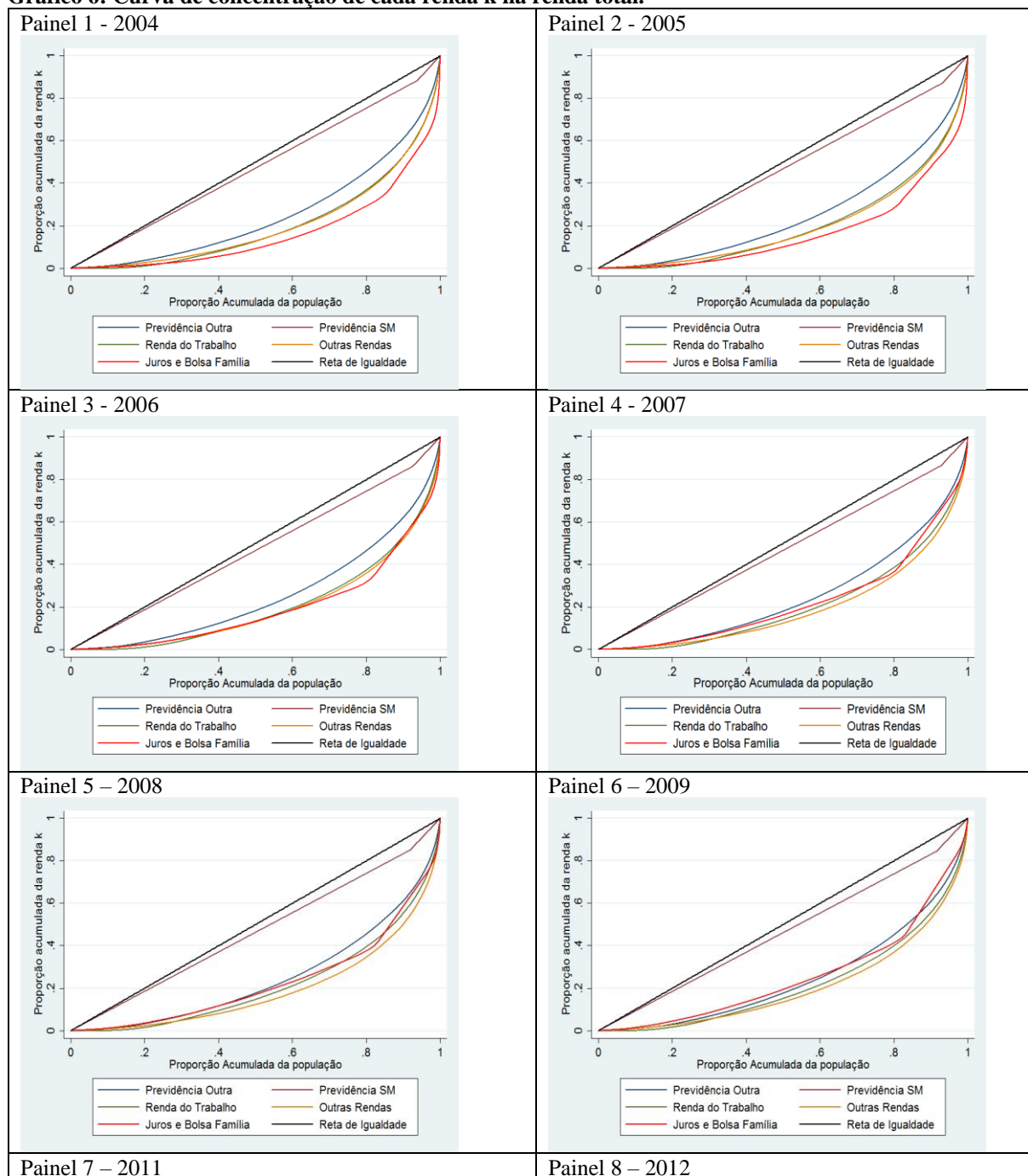
Para uma melhor visualização nas mudanças das rendas segue o gráfico 6 com os painéis de 1 a 11 que mostram a evolução de cada renda de 2004 a 2015. Cada painel mostra a curva de Lorenz de cada tipo de renda na distribuição da renda total per capita, se ordenou e classificou a população por percentis e se obteve o valor de suas respectivas rendas na distribuição. Através dos painéis do Gráfico 6, analisando a trajetória que cada curva de Lorenz de cada tipo de fonte de renda tem na renda total per capita, pode-se afirmar que na comparação do ano de 2015 com o ano de 2004, todas as rendas se tornaram menos desiguais, indo em direção a reta de igualdade. Isso é importante para a melhor distribuição de renda da população.

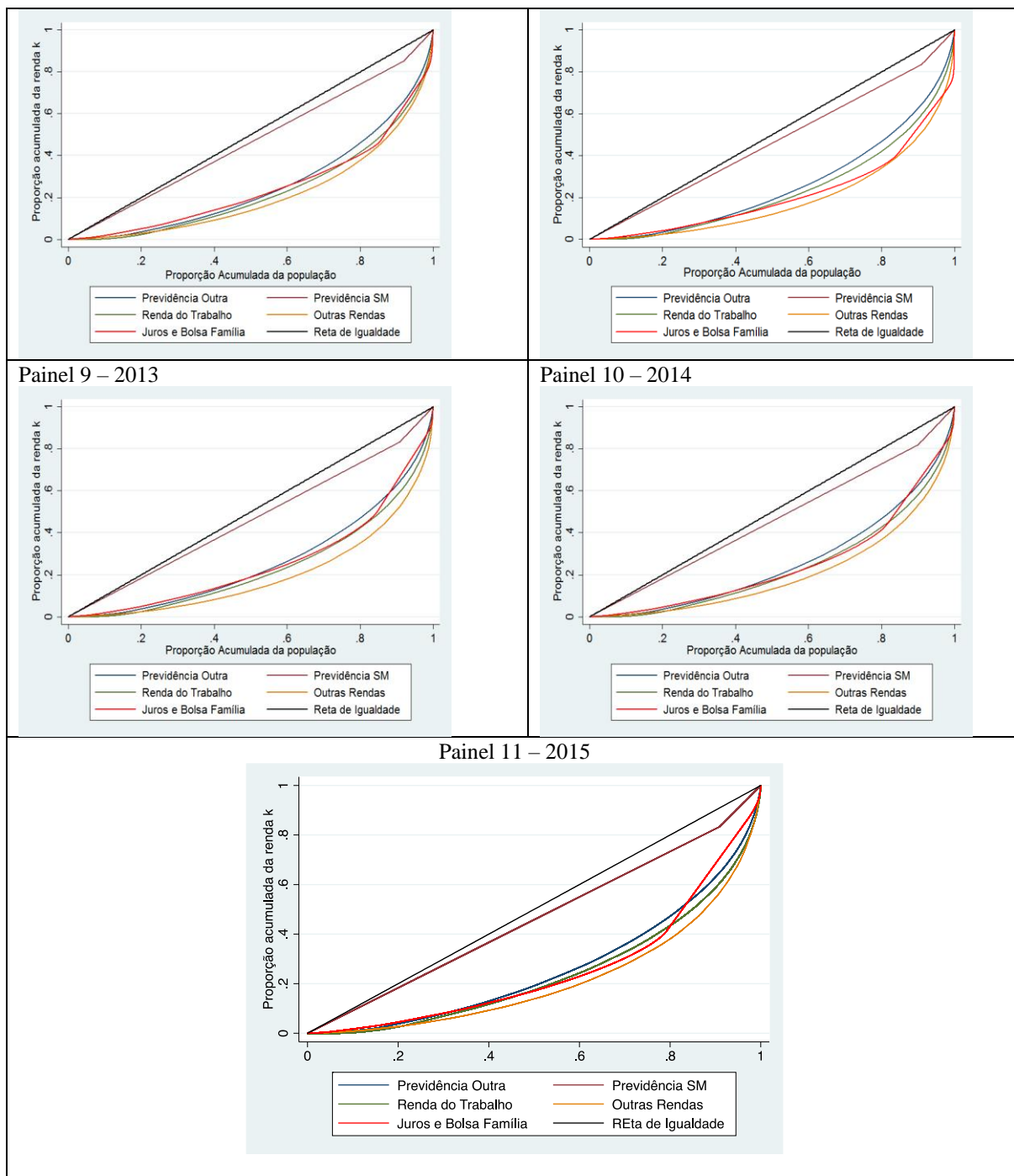
Através dos painéis, ao decorrer dos anos, a trajetória da curva da renda do trabalho vem se aproximando da reta de igualdade, em que a melhor distribuição ocorre no ano de 2014 e a pior no ano de 2004. Outro fator importante é que ela se aproxima da reta de igualdade de modo homogêneo, sendo assim melhor distribuída entre a população, portanto tornando a distribuição menos desigual.

A renda da previdência SM, que mostra quem recebe exatamente um salário mínimo em aposentadoria ou pensão, se mostra a renda mais bem distribuída, pois, pelos gráficos é

visível que ela está muito perto da reta de igualdade. Sua curva, nas porcentagens mais baixas da população, quase se sobrepõe (em todos os anos) sobre a reta de igualdade. Portanto, as políticas do salário mínimo para a parcela da população que recebe essa remuneração são importantes para a distribuição de renda.

Gráfico 6: Curva de concentração de cada renda k na renda total.





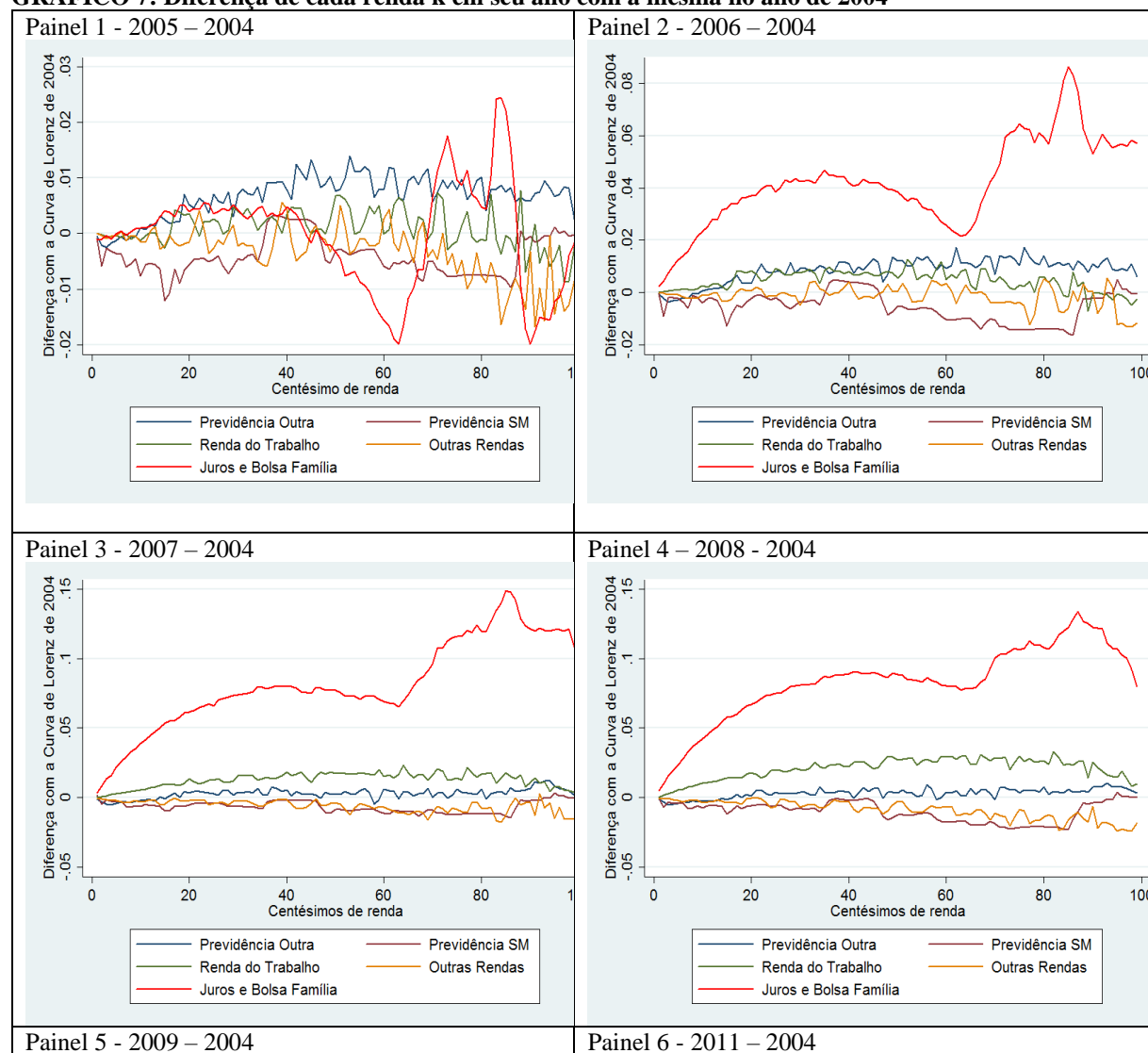
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD, 2017.

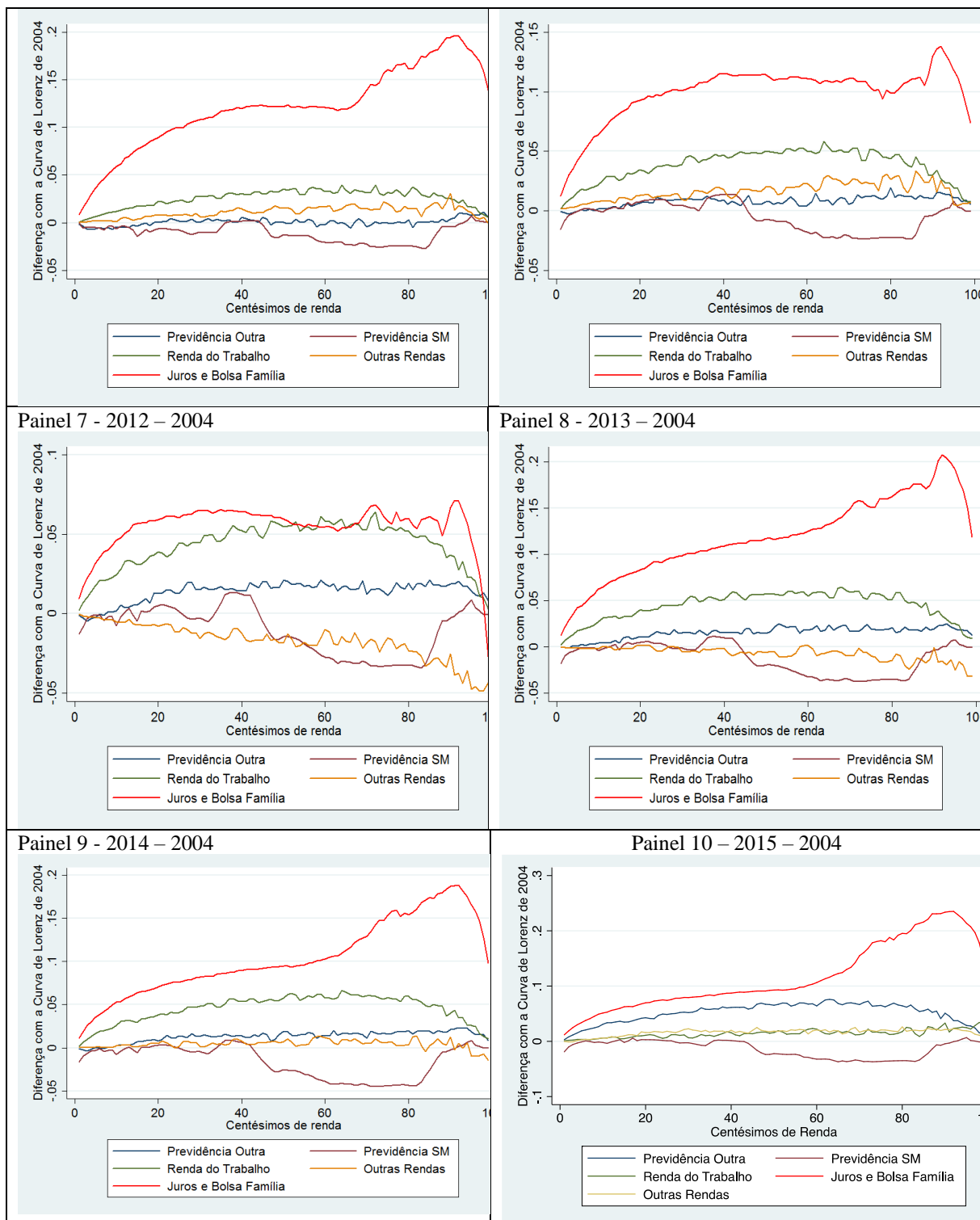
Nesta forma gráfica, é melhor de se entender como a renda da categoria de Juros e Bolsa Família se comporta. Parte de sua renda age diretamente na parte de baixo da população (programas sociais) enquanto a outra na parte de cima (juros e dividendos), vale lembrar que a mesma não pode ser dividida. Está foi a renda que mais se alterou, tendo um constante crescimento na distribuição em prol da igualdade, principalmente nas porcentagens mais baixas da população. Isso faz com que a curva esteja mais próxima da reta de igualdade para estas

porcentagens no ano de 2011, enquanto isso a curva na parte superior se tornou menos desigual nos anos de 2014 e 2015. Enquanto isso, a renda da Previdência Outra e Outras Rendas oscilam durante o período sem expressivas mudanças, mas assim como as outras rendas, se tornou mais próxima da reta de igualdade no ano de 2015 do que estava no ano de 2004.

Para uma melhor visualização das mudanças que ocorreram nas categorias de renda no período, foram organizados os painéis do Gráfico 7. Neles são observadas as diferenças de cada curva de Lorenz de seu ano com a curva do ano de 2004, definida por Soares (2006) como a de melhor distribuição de renda desde 1976.

GRÁFICO 7: Diferença de cada renda k em seu ano com a mesma no ano de 2004





Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD, 2017.

De acordo com os painéis, há uma evolução no aumento da participação da renda de juros e Bolsa Família na renda total per capita, principalmente nos centésimos mais baixos da população. Serve de exemplo o caso da população que se encontra no primeiro centésimo da

população que passou de 0,0057 para 0,0174, para os anos de 2004 e 2015. Além disso, os primeiros dez centésimos e os primeiros cinquenta centésimos receberam o equivalente a 0,053 em 2004 e 0,086 em 2015.

A renda do trabalho foi a segunda que mais cresceu sua participação na distribuição de renda em relação ao ano de 2004. O ano de 2015 foi o que teve melhores resultados com os primeiros dez centésimos, que em 2004 ficavam com apenas 0,042 da renda total gerada na economia e passam a ficar, em 2015, com 0,073.

A categoria da previdência SM teve mudança nos centésimos mais altos, onde sua participação diminuiu, concentrando sua participação nos centésimos da metade de baixo da população, mais especificamente dos cinquenta centésimos mais baixos, além disso vale ressaltar que essa categoria de renda foi a que ficou mais próximo a reta de igualdade, portanto a renda que é melhor distribuída na renda total per capita. Enquanto isso a categoria de Previdência Outra vem perdendo participação na metade de cima da curva de Lorenz, e pôr fim a categoria de Outras Rendas oscilou durante o período sem grandes mudanças terminando a diferença com um pouco acima da curva de 2004.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral deste trabalho foi analisar a distribuição de renda no Brasil entre o período de 2004 a 2015, observando, as mudanças de acordo com a fonte da renda, expondo o coeficiente de Gini, a dominância e a decomposição. Todos resultados obtidos no trabalho mostraram o ano de 2015 como o ano de melhor distribuição de renda do período observado. Também fica claro que o emprego, as políticas relativas ao ganho de poder de compra do salário mínimo e Programas Bolsa Família e BPC contribuíram, cada um a seu modo, com os resultados positivos observados.

Pode-se dizer que as análises aqui feitas confirmam-se naquelas estabelecidas por Soares (2006) para o período anterior. O pesquisador afirma que para que ocorresse a melhora por ele observada foram importantes a desconcentração da renda do trabalho e os programas de transferência de renda como o programa Bolsa Família. Além das análises que se confirmaram, pode-se afirmar que a política do contínuo aumento do salário mínimo acima da inflação é importante para uma melhor distribuição de renda.

Para que siga ocorrendo essa melhora na distribuição de renda nos próximos anos é necessário que se dê continuidade a tais programas e políticas, em conjunto da expansão do mercado de trabalho. Porém para que a desigualdade diminua em ritmo mais acelerado é necessário além da manutenção, a criação de novas políticas e programas que beneficiem a distribuição de renda e o bem-estar social.

A expectativa é que este trabalho tenha contribuído para a análise e entendimento da evolução que a distribuição de renda obteve de 2004 a 2015. Destaque-se que um limite encontrado para este trabalho foi o de não conseguir analisar separadamente os valores do rendimento de dividendos e juros de poupança e de outras aplicações financeiras do rendimento dos programas sociais, pois a PNAD em sua pesquisa agrega estes rendimentos em apenas uma categoria de renda. Para pesquisas futuras fica a questão de fazer a decomposição da renda de forma mais desagregada, para que se tenha uma melhor análise sobre o impacto que cada tipo de fonte de renda tem sobre a distribuição da renda total, como por exemplo no caso da renda dos programas sociais. Fica ainda a sugestão de estudos futuros que permitam analisar possíveis mudanças de tendência, decorrentes das instabilidades políticas que se iniciam com o impedimento da Presidenta Dilma Rousseff, em 2016 e se prolongam nos governos Temer e Bolsonaro. Os efeitos econômicos da Pandemia Covid-19 (2020-2023) também podem ter contribuído para uma piora nas condições de desigualdade do país, outro fato que merece análises aprofundadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANCO MUNDIAL. **Featured Indicators.** Disponível em: http://datatopics.worldbank.org/world-development-indicators/themes/poverty-and-inequality.html#featured-indicators_1. Acesso em 16 Mar 2020.

BARROS, R.P.; MENDONÇA, R.S.P.; DUARTE, R.P.N. **Bem-estar, pobreza e desigualdade de renda: uma avaliação da evolução histórica e das disparidades regionais.** Rio de Janeiro .1997. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1992/1/td_0454.pdf> Acesso em: 28 de abril de 2017.

BARROS, R.P.; FOGUEL, M.N.; ULYSSEA, G. (Orgs.). **Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente.** Brasília: Ipea. 2006. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3249>>. Acesso em 27 de março de 2016.

BONELLI, R.; SEDLACEK, G. **Distribuição de renda: evolução no último quarto de século.** 1988. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1289/1/td_0145.pdf>. Acesso em: 02 de junho de 2016.

BRASIL. Lei 13.152, de 29 de Julho de 2015. Dispõe sobre a política de valorização do salário-mínimo e dos benefícios pagos pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS) para o período de 2016 a 2019.

BRASIL. Lei 12.382 de 25 de Fevereiro de 2011. Dispõe sobre o valor do salário mínimo em 2011 e a sua política de valorização de longo prazo; disciplina a representação fiscal para fins penais nos casos em que houve parcelamento do crédito tributário; altera a Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996; e revoga a Lei nº 12.255, de 15 de junho de 2010.

CAMPELLO, T.; NERI, M.C. **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania.** 2013. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_bolsafamilia_10anos.pdf>. Acesso em: 13 de abril de 2016.

CARVALHO, L. **Valsa brasileira: do boom ao caos econômico.** São Paulo: Todavia, 2018.

DALDEGAN, C.F. **Os efeitos da política de valorização do salário mínimo sobre a recente queda da desigualdade de renda nas macrorregiões brasileiras.** 2013. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/documents/160445/226386/ss1_mesa4_artigos2014_os_efeitos_politica_valorizacao_salario_minimo.pdf/35cf94e5-be05-4655-89ef-1518c98ddc29>. Acesso em: 13 de abril de 2016.

DE LEMOS, R.M. et al. **Análise Do Programas De Transferência De Renda No Brasil Bahia.** Contribuciones a las Ciencias Sociales, n. 2013-11, 2013. Disponível em: <<http://www.eumed.net/rev/ccss/26/renda-brasil.pdf>>. Acesso em: 01 de junho de 2017.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil.** 7.ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1967.

FURTADO, C. **Um Projeto para o Brasil.** Rio de Janeiro: Saga, 1968.

GIAMBIAGI, F.; FRANCO, S. **O esgotamento do papel do salário mínimo como mecanismo de combate à pobreza extrema.** 2007. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1829/1/TD_1290.pdf>. Acesso em: 15 maio de 2016.

HOFFMANN, R. **Distribuição de renda e crescimento econômico.** Estudos avançados, v. 15, n. 41, p. 67-76. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n41/v15n41a07.pdf>>. Acesso em: 02 de abril de 2016.

IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira.** Rio de Janeiro. 2014. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv91983.pdf>> Acesso em: 03 de maio de 2016.

IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira.** Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em:

<<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv62715.pdf>>. Acesso em: 07 de abril de 2016.

IPEA. **A década inclusiva (2001-2011): desigualdade, pobreza e políticas de renda**. Brasília: IPEA, 2012. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/4639>>. Acesso em 07 de setembro de 2016

JUNIOR, J.F.; MEDEIROS, C.N.; SULIANO, D.C.; CARVALHO, E.B.S.; MAGALHÃES, K. A.; NETO, N.T. **Entendendo os principais indicadores sociais e econômicos**. Fortaleza: Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - IPECE, 2010. Disponível em: <http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/ENTENDENDO_OS_PRINCIPAIS_INDICADORES_SOCIAIS_E_ECONOMICOS.pdf>. Acesso em: 25 de maio de 2016.

MATOS, J.D. **Distribuição de renda: fatores condicionantes e comparação entre as regiões metropolitanas pesquisadas pela PED**. Secretaria da Coordenação e Planejamento, Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 2005. Disponível em: <http://cdn.fee.tche.br/documentos/documentos_fee_62.pdf>. Acesso em: 19 de maio de 2016.

MEDEIROS, M.; BRITTO, T.; SOARES, F. **Programas focalizados de transferência de renda no Brasil: contribuições para o debate**. Brasília: IPEA, 2007. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1946/1/TD_1283.pdf>. Acesso em: 10 de maio de 2016.

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social. **CECAD 2.0**. Disponível em: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad20/agregado/resumovariavelCecad.php?uf_ibge=6&nome_estado=&id=192. Acesso em 16 de Mar de 2020.

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social. **Benefício de Prestação Continuada: Manual do Pesquisador**. Disponível em https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/docs/manual_pesquisador_BPC.pdf. Acesso em 16 Mar 2020.

PIKETTY, T. **O capital no século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

PBDA – Portal Brasileiro de Dados Abertos. **Portal brasileiro de dados abertos**. Disponível em dados.gov.br. Acesso em maio de 2016.

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio. **Séries Históricas da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua – 2004 a 2015**. Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/condicoes-de-vida-desigualdade-e-pobreza/17270-pnad-continua.html?=&t=o-que-e>>. Acesso em maio de 2017.

POCHMANN, M. **Proteção social na periferia do capitalismo: considerações sobre o Brasil**. São Paulo em perspectiva, v. 18, n. 2, p. 3-16, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v18n2/a02v18n2.pdf>>. Acesso em: 26 de maio de 2017.

RAIS – Relação Anual de Informações Sociais. **Relação anual de informações sociais**. Disponível em < <http://www.rais.gov.br>>. Acesso em março de 2020.

SABOIA, J. **O salário mínimo e seu potencial para a melhoria da distribuição de renda no Brasil.** Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente. Brasília: IPEA, v. 2, 2007. Disponível em:

<<http://www.en.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/Cap32.pdf>>. Acesso em: 23 de maio de 2016.

SOARES, S.S.D. **Distribuição de renda no Brasil de 1976 a 2004 com ênfase no período entre 2001 e 2004.** 2006. Disponível em:

<http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1670/1/TD_1166.pdf>. Acesso em: 10 de abril de 2016.

SOARES, S.S.D. O ritmo na queda da desigualdade no Brasil é aceitável?. **Revista de Economia Política**, v. 30, n. 3, p. 364-380, 2010. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rep/v30n3/a01v30n3.pdf>>. Acesso em: 07 de junho de 2017.

SOLIGO, V **Indicadores: conceito e complexidade do mensurar em estudos de fenômenos sociais.** Est. Aval. Educ., São Paulo, v. 23, n. 52, p. 12-25, 2012. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1724/1724.pdf>>. Acesso em: 14 de maio de 2016.

STIGLITZ, J. **O preço da desigualdade.** Lisboa: Bertrand Editora, 2016.

VELLOSO, R.C **Salário mínimo e taxa de salários: o caso brasileiro.** 1990. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5476/1/PPE_v20_n03_Salario.pdf>. Acesso em: 03 de junho de 2016.

TWB - THE WORLD BANK. **Quase Metade do Mundo Vive com Menos de USD \$5.50 por dia.** Disponível e: <<https://www.worldbank.org/pt/news/press-release/2018/10/17/nearly-half-the-world-lives-on-less-than-550-a-day-brazilian-portuguese>>. Acesso em 14/04/2020.